COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 30 Julho de 1988

Timor-Leste: Resistência religiosa desconcerta ocupante

A Veneração a Santa Maria, que se faz sentir em Timor-Leste de há algum tempo a esta parte, embora com maior intensidade no mês de Maio, tem constituído um autêntico "quebra-cabeças" para as forças ocupantes que ora prendem e liquidam pessoas que participam nas procissões, por pertencerem à Resistência, ora cruzam os braços perante a participação de guerrilheiros nas festividades, chegando mesmo em alguns casos a subscrever acordos parciais de cessar-fogo durante as comemorações, como aconteceu em Baucau.

As procissões em honra de Santa Maria têm obtido a participação de milhares de naturais timores que para além de demonstrarem a sua devoção à Virgem têm assim a oportunidade de demonstrar a sua diferenciação cultural, distinta da dos indonésios também no plano religioso.

Na região de Baucau, está em vigor, desde Abril último, um acordo informal de cessar-fogo entre os guerrilheiros e as tropas indonésias, em virtude das festividades em honra de Santa Maria.

Os guerrilheiros têm tomado parte nestas actividades religiosas, embora a reacção dos indonésios a essa participação não seja passiva em todas as povoações chegando mesmo a mostrar-se bárbara em alguns casos. Com efeito, em Aileu, em Fevereiro passado, aquando da passagem da procissão, dois elementos da guerrilha foram detectados entre os peregrinos, presos, torturados e posteriormente liquidados, perante a revolta da população.

Este incidente provocou uma acção de retaliação por parte dos guerrilheiros que assaltaram o posto policial de Aileu causando a morte a seis javaneses.

25 DE ABRIL ASSINALADO COM ACÇÕES DE GUERRILHA

Em homenagem ao dia da revolução em Portugal, os guerrilheiros realizaram a 25 de Abril último ataques em Viqueque e Lospalos. Dos confrontos resultaram nove baixas para os indonésios para além da apreensão, por parte da guerrilha de diversas armas e munições.

CONFLITO DE ETNIAS NO SEIO DAS TROPAS INDONÉSIAS

Gaspar e Domingos da Costa Guterres, dois membros das forças **Hansip** (grupos militares indonésios constituídos por timorenses) do posto de Venilale, foram mortos, no dia 24 de Fevereiro de 1988, numa acção tipicamente racista levada a cabo por militares javaneses do batalhão 721. O incidente provocou confrontos entre os timores das forças **Hansip** e as tropas javanesas do batalhão referido, confronto esse que se prolongou por duas horas só terminando com a intervenção de autoridades militares e civis indonésias da área. O comandante dos **Hansip**, Virgílio da Costa Guterres, queria levar o caso ao Tribunal de Justiça sendo, no entanto, impedido pelas autoridades mencionadas.

MORTE DE JOSÉ MONIZ NÃO FOI ALEATÓRIA. - PERSEGUIÇÃO A ESTUDANTES OBEDECE A PLANO

Informações divulgadas por um sargento natural da Papua Ocidental e membro das tropas indonésias, recentemente evadido para se juntar à OPM (movimento de libertação daquele território), revelam existir um plano de liquidação de estudantes de Timor-Leste e da Papua Ocidental, a estudarem na Indonésia, que se revelem "não integrados" ou sobre quem recaia a suspeita de ligação à Resistência. O sargento, de nome Ayomi, membro dos boinas vermelhas indonésios e posteriormente membro da polícia secreta indonésia **BAIS**, participou em várias reuniões desta, no último trimestre do ano transacto, nas quais se terão estudado e planificado acções a realizar visando estudantes timorenses e da Papua Ocidental suspeitos de ligação aos respectivos movimentos de libertação (FRETILIN e OPM). É de crer que a morte de José Moniz, ocorrida em 15 de Dezembro último, tenha ligação com o referido plano.

INDONÉSIA REFORÇA PRESENÇA PARA ENFRENTAR RESISTÊNCIA...

Notícias recentemente chegadas do interior dão conta do envio para Timor-Leste de mais um batalhão de "boinas vermelhas" num total de 200 homens, mobilizados de Cijantung e Tangerang, para continuarem a operação de "lim-

NESTE NÚMERO:

- Timor-Leste: Resistência religiosa desconcerta ocupante
- Pequenas vitórias, grandes incógnitas no campo diplomático
- Indonésia reforça posições na área

peza" aos guerrilheiros nas montanhas do interior. Estas tropas foram destacadas de imediato para as zonas de Baucau, Viqueque e Lospalos.

No princípio de Abril, em Lospalos, os guerrilheiros assaltaram uma secção dos "boinas vermelhas", lançando diversas granadas que liquidaram dois indonésios e puseram em fuga os restantes.

No dia 7 de Maio último, pelas sete horas da manhã, os guerrilheiros destruíram numa emboscada, entre as áreas de Manatuto e Laleia, uma camioneta militar causando a morte a soldados indonésios e a seis **Hansip**. Na altura foi capturado diverso armamento e munições.

...E PREPARA "ABERTURA" DO TERRITÓRIO

O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, pediu ao presidente Suharto a **"abertura das fronteiras da província, o levantamento das restrições à entrada de não residentes e a liberdade de deslocação dos timorenses para o exterior"**. O pedido de Mário Carrascalão, feito durante um encontro realizado em Jacarta, em 19 de Junho último, foi seguido de declarações do Ministro do Interior, Rudini, de que não se opunha à abertura das fronteiras de Timor-Leste mas que, em última instância, a decisão cabia às Forças Armadas. A este respeito, o general Murdani terá referido que embora tal ideia não merecesse a sua obstrução não poderia, no entanto, garantir a segurança de quem se deslocasse a Timor-Leste.

Por esta "onda de abertura" terá passado também a recente inauguração de uma rede telefónica digital que permitirá ligações automáticas de e para Timor-Leste. Esta medida, apresentada como facilitadora das comunicações tem, contudo, um pequeno senão: em Timor-Leste, só as altas entidades militares possuem telefone, o que remete para um cenário de ficção as anunciadas facilidades de comunicação.

Se a projectada abertura tiver a abrangência da rede telefónica, fácil é identificar quem terá livre acesso e livre trânsito em Timor-Leste. □

Treze anos pós-invasão e ocupação Suharto **ensaia** a abertura de Timor-Leste. Faz constar que a sua resposta à proposta do governador Mário Carrascaão no sentido da abertura do território vai ser positiva. Se **ensaia**, **inaugura** também, pensamos, senão não ensaiaria, porque conhecendo o poder indonésio, sabemos que quando **ensaia concretiza**. **Ensaiou** a invasão de Timor-Leste e **invadiu**. Há treze anos. Temos assim como "certo" que a Indonésia vai "abrir" Timor-Leste. **Um abre-te Sésamo? Mandado por quem?** Por treze anos de luta dum povo? Ou por "boa vontade" de Suharto e seus generais?

O que interessa é que vai estar "aberto" o território e portanto todos quererão ir e ficar, ir e vir... Timorenses, portugueses, etc. que, sedentos de tão longa noite de caverna imposta a Timor-Leste, vêem assim a possibilidade de poder descortinar véu a véu estes treze anos. Principalmente os jornalistas, que já tantas vezes pediram para entrar em Timor-Leste e não conseguiram, vão agora poder circular, ver, perguntar, difundir. E as organizações solidárias com a questão também. E os timorenses que ansiosamente querem rever e saber dos seus inúmeros familiares desaparecidos, saber dos seus bens, da sua terra, e de... e de...

O ensaio de abertura já começou há tempos. Com alguns. (Dos portugueses Nuno Rocha foi o melhor actor.)

Em vésperas da Comissão de Descolonização das N.U., da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias das N.U., da Cimeira dos Não-Alinhados, este ensaio garantirá que o pedido de entrada de todos os **interessados** será atendido? E se for atendido garante a livre circulação das pessoas? E garante a segurança futura dos timorenses que conversarão "abertamente", aberto que está o território?

Ainda durante a presença da Administração portuguesa, os portugueses que iam a Timor Ocidental conheciam muito bem o que era **a livre circulação** em território indonésio. As histórias eram muitas e repetiam-se iguaizinhas. A quem lá se deslocava uns indonésios sorridentes seguiam **passo a passo** a **possível** visita programada por eles. O que será então em território que ocuparam ilegalmente pela força durante treze anos? Isto não deverá obstar a que os interessados de todo o mundo metam já os seus pedidos de entrada no território de Timor-Leste.

Comecemos a fazer malas, preparemos gravadores e máquinas fotográficas e sobretudo abraços para podermos, enfim, ver e falar com um povo que está há treze anos preso na sua pátria. Os timorenses contar-nos-ão a história deste tempo. □

Pequenas vitórias, grandes incógnitas no campo diplomático

Decididamente, a questão de Timor-Leste deixou de fazer parte dos "casos esquecidos". Mas terá ultrapassado de facto a barreira do "caso consumado"? A clareza de princípios e o empenhamento demonstrados pelo Presidente da República nos seus encontros com Corazon Aquino e perante os participantes na Conferência sobre as Jovens Democracias, realizada em Manila, atingiram o coração de Jacarta. Em declarações sucessivas, o embaixador indonésio na capital filipina e o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas, acusaram directamente o Chefe de Estado Português de distorcer os factos, afirmando estar já habituados **"às duas caras com que Portugal actua"** na questão de Timor-Leste.

Esta última alusão não é uma mera casca de banana ou criação propagandística. Durante anos, desde as negociações decorridas durante o período da descolonização, o Estado português procurou conciliar uma face lavada perante o exterior com uma convicção interior de que o

território não tinha outra alternativa senão a de se subordinar a Jacarta. Apenas a persistência e força da Resistência timorense, por um lado, e o crescente alargamento da consciência internacional perante o genocídio e a injustiça por outro, lhe foram ditando outras atitudes. É natural que o poder indonésio se surpreenda, tanto mais que lhe não é indiferente a postura da Potência Administrante num momento em que convergem diversos sinais de crise interna e se espalham as tomadas de posição condenando a invasão e ocupação de Timor-Leste. Para não falar já da almejada presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

O Parlamento Europeu e o apoio dos "Cinco"

De acordo com um consenso nacional que se vem aprofundando, os deputados portugueses no Parlamento Europeu tiveram um papel activo na elaboração final do relatório apresentado pela deputada holandesa Ien Van Den Heuvel à Comissão Política desta instituição comunitária. Na sequência de um outro relatório aprovado no início do ano em sessão plenária, sobre a violação dos direitos humanos na Indonésia, no qual se mencionava com clareza a ilegalidade da ocupação de Timor-Leste e se exigia a retirada das tropas estrangeiras, o novo documento dedicado ao exame da situação específica de Timor-Leste reafirma o direito do povo maubere à autodeterminação, cujo exercício não foi possível realizar devido à anexação forçada e às violações dos direitos humanos e destruição do território, praticadas em grande escala. O resultado da votação do dia 24 de Junho (15 votos a favor, 10 contra e 1 abstenção) indica que a discussão em plenário não vai ser fácil e que é necessário um esforço suplementar de informação junto de todos os parlamentares europeus, para que as suas posições se baseiem num conhecimento rigoroso dos factos históricos, das suas consequências jurídicas à luz das normas internacionais e, sobretudo, do que tem significado para o povo de Timor-Leste 13 anos de violência generalizada e negação da sua identidade nacional.

Numa cimeira dominada pela situação na África Austral e, em particular, pelas negociações sobre Angola e a Namíbia, a questão de Timor-Leste obteve um novo destaque na reunião dos Chefes de Estado dos "Cinco" através da presença em Bissau de uma delegação da FRETILIN chefiada por Abílio Araújo, de declarações significativas dos Presidentes moçambicano, Joaquim Chissano, e guineense, Nino Vieira, e de uma referência na declaração final do encontro reafirmando os direitos do povo maubere e saudando a recente actuação de Portugal em relação à situação de Timor-Leste, **"sobretudo a disponibilidade em assumir plenamente, como potência administrante, as suas responsabilidades históricas, jurídicas e morais".**

Abilio Araújo, chefe da delegação da Fretilin no exterior, com Eduardo dos Santos, Presidente da RPA

Criada a organização "Parlamentares por Timor-Leste"

No dia 28 de Junho terminava a visita a Portugal de uma delegação parlamentar constituída por Lord Avebury, Presidente do Grupo Parlamentar sobre Direitos Humanos da Câmara dos Lordes do Reino Unido, por Satsuki Eda, Presidente do Forum sobre Timor-Leste da Dieta (parlamento) japonesa e por Tony Lamb, Presidente do Grupo sobre Timor-Leste do Parlamento australiano. Conhecedores de há longa data de todo o processo, empenhados desde há anos na defesa dos direitos do povo timorense, o seu objectivo era contactar com a comunidade e os dirigentes timorenses, os grupos de solidariedade portugueses e as autoridades responsáveis no nosso país pela questão de Timor-Leste. Encorajados pelas tomadas de posição recentes de diversos **fora** internacionais e pela coerência evidenciada pela Potência Administrante nos últimos meses, os três deputados aproveitaram integralmente o tempo disponível, deslocando-se aos diversos núcleos de refugiados (Amadora, Setúbal, Cacém, Carcavelos, Vale do Jamor), reunindo com a Convergência Nacionalista timorense, com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere e o grupo "A Paz é Possível em Timor-Leste" e com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, o Presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste e o Presidente da República.

No final destas diligências, a delegação deu uma conferência de imprensa, na qual anunciou a criação de uma nova organização **Parlamentares por Timor-Leste, "para coordenação e promoção de actividades, no maior número possível de países, que visem uma solução justa do problema de Timor-Leste"**. De entre as diversas iniciativas possíveis, foram mencionadas as seguintes:

- A publicação de um relatório factual sobre a invasão indonésia e a anexação do território, contrárias ao Capítulo IV da Carta das Nações Unidas.
- A publicação de uma nota baseada em declarações e leis das Nações Unidas sobre o direito à autodeterminação, e a sua aplicação ao caso de Timor-Leste.
- Um apelo dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no sentido de que informe quando proporá o início de consultas ao povo de Timor-Leste, de acordo com a resolução da Assembleia Geral 37/30 de Novembro de 1982.
- A apresentação de declarações na próxima sessão da Comissão de Descolonização das NU em Agosto.
- A renovação do pedido já várias vezes apresentado às autoridades indonésias para que permitam uma investigação in loco, levada a cabo por Parlamentares, sobre alegadas violações de direitos humanos.
- A apresentação de um apelo aos países membros do Movimento dos Não-Alinhados, para que votem contra a eleição da Indonésia para a presidência deste Movimento enquanto a questão de Timor-Leste não for resolvida de acordo com as directrizes das Nações Unidas.
- A elaboração de um documento que questione o Banco Mundial sobre os programas de planeamento familiar em Timor-Leste, tendo em conta alegações sobre esterilização compulsiva e o uso de Depo-Provera.
- O reforço do trabalho junto da União Inter-Parlamentar de modo a reforçar a resolução construtiva aprovada durante o encontro de Banguecoque.
- A contínua pressão sobre o IGGI (Grupo Intergovernamental de Apoio à Indonésia) de modo a assegurar que os direitos humanos aí serão debatidos.

Novos grandes desafios

Todo este conjunto de iniciativas só terá sentido se, de facto, contribuir para o avanço do processo diplomático que, um dia, levará à realização de um acto de autodeterminação

em Timor-Leste.

Parece claro que não há uma solução militar. Ela só poderá ser encontrada no quadro duma **negociação entre todas as partes interessadas,** o que quer dizer que os timorenses não podem ser "esquecidos" neste diálogo. E o objectivo tem, também, de ser tomado a sério: o povo maubere tem o direito de ser ele a escolher, livremente, o seu destino.

Avizinham-se momentos-chave nesta cadeia diplomática em curso: durante o mês de Agosto, a Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias em Genebra e a Comissão de Descolonização da ONU, em Nova Iorque. Em Setembro, a apresentação do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas e a abertura da Assembleia Geral.

Coloca-se de novo o problema: após 5 anos de adiamentos sucessivos do debate sobre Timor-Leste no âmbito da Assembleia Geral, a questão irá este ano fazer parte da agenda? Há uma série de factores em jogo. Entre eles, o resultado das duas reuniões internacionais acima mencionadas e ainda o desfecho da corrida da Indonésia para a presidência do Movimento dos Não-Alinhados (Chipre, Setembro). Uma coisa, porém, é certa: depende em grande parte do nosso esforço, da vontade política e da capacidade organizativa da Potência Administante, do terreno que se conquiste na sensibilização de governos e opiniões públicas, o avanço real do processo. A Indonésia vive um momento delicado. É possível ir exigindo maiores compromissos à comunidade internacional. Marcar passo será um recuo objectivo. □

Indonésia reforça posições na área

A substituição de Mochtar por Ali Alatas na pasta dos Negócios Estrangeiros veio dar um novo impulso à política internacional da Indonésia.

Apostando em afirmar-se como uma potência regional por onde terão de passar os compromissos e as soluções para os conflitos na região, o governo de Jacarta procura transmitir, através de uma intensa e agressiva actividade diplomática, a imagem de um regime aberto aos ventos de diálogo e de tolerância que sopram no mundo.

Para nós, portugueses, o sinal maior desta cosmética é a pública expressão do desejo de abrir as fronteiras de Timor-Leste ao exterior. Mas esta é apenas uma das vertentes da ambição hegemonista da classe dirigente indonésia.

Reunido em Haia nos dias 14 e 15 de Junho, o IGGI (Inter-Governamental Group on Indonesia) — um consórcio dador internacional composto por 14 países e 4 agências de ajuda multilateral — decidiu atribuir à Indonésia um auxílio financeiro superior a 4 mil milhões de dólares americanos. Este valor representa um aumento de 30% relativamente à verba atribuída o ano passado por este consórcio e excede largamente o montante proposto pelo Banco Mundial no seu relatório anual de 15 de Maio sobre aquele país (3,6 mil milhões de dólares).

O regime de Jacarta aproveitou a ocasião para proclamar que esta decisão do IGGI representava uma total confiança do mundo financeiro na política económica por ele seguida. Mas observadores sediados na capital indonésia interrogam-se sobre por quanto tempo mais precisará a Indonésia de recorrer ao IGGI e por quanto tempo mais poderá o IGGI garantir a sua protecção face ao crescente fardo representado pela sua dívida externa, a maior da Ásia.

Os dirigentes indonésios podem congratular-se com o apoio conseguido. Ele vem de encontro aos esforços desenvolvidos nos últimos meses de apresentar ao mundo uma nova imagem, de se apresentar como uma referência na área, chave local para os vários equilíbrios geo-estratégicos.

O problema do Cambodja é, deste ponto de vista, exemplar.

Contrariamente aos seus parceiros na ASEAN, em particular a Tailândia e a Malásia, que vêem no Vietname a grande ameaça à paz e estabilidade na região, a Indonésia tem defendido que essa ameaça é antes representada pela China, pelo que tem mantido uma atitude de não-hostilização do regime de Hanói, conciliando os contactos a alto nível com as condenações na ONU da presença vietnamita em território cambodjano. Tal conciliação levou a que a Indonésia fosse assumindo o papel de medianeiro no conflito, tendo Mochtar, o então MNE, proposto, em fins do ano passado, a realização de um *"cocktail party"* em Jacarta entre as partes envolvidas para discussão do problema.

Agora, com o encontro marcado para 25 de Julho e tendo o Vietname garantido a sua presença, assim como o príncipe Sihanouk, chefe de uma das correntes que se opõem ao governo de Phnom-Penh apoiado pelos vietnamitas, a diplomacia indonésia pode reivindicar o carácter decisivo do seu contributo para uma solução negociada do conflito, independentemente dos resultados do "cocktail".

Entretanto, a China e a Indonésia têm vindo a multiplicar os contactos e as declarações públicas sobre a possibilidade do restabelecimento de relações diplomáticas, cortadas na sequência do golpe de Suharto de Outubro de 1965. Na altura, os militares indonésios acusaram as autoridades chinesas de estarem por detrás da tentativa de insurreição que, segundo eles, o PKI (Partido Comunista da Indonésia) teria tentado na ocasião.

Nessas declarações, os responsáveis indonésios têm sublinhado que um dos obstáculos ao estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países é o asilo político dado por Pequim a antigos dirigentes do PKI e as relações que o PCC mantem com este partido.

Os responsáveis chineses não deixaram de ser sensíveis a este discurso. Em 18 de Maio passado comunicavam o corte de todos os laços com o seu homónimo indonésio.

Se bem que estes sucessos no plano internacional não garantam ao regime de Jacarta a conquista da presidência do Movimento dos Não-Alinhados, o seu grande objectivo imediato, eles vêm mostrar que a batalha pelo seu isolamento diplomático não só é difícil como está longe de estar ganha. Daí a importância assumida pelas intervenções do Presidente Mário Soares em Manila. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317